

Artigo

O Ensino Superior na Mira do Mercado: notas sobre os novos (velhos) desafios da educação pública brasileira

*Camila da Silva Rocha**

Resumo

Este artigo objetiva problematizar o contexto da política de Educação Superior brasileira sob a égide do acirramento neoliberal cujas repercuções de medidas austeras e de ataques às universidades são denotadas no cenário presente. Trata-se de estudo bibliográfico e documental a partir de produções teóricas sobre o tema, atrelado às expressões no financiamento, mediante coleta secundária no orçamento da Educação Superior, entre os anos de 2016 a 2022, na Plataforma SIGA Brasil. Infere-se que o Estado opera um processo de dilapidação do Ensino Superior público, haja vista o desfinanciamento factível que conjectura desafios cotidianos nas universidades brasileiras. Em contrapartida, as instituições de ensino superior na rede privada aumentaram exponencialmente seus lucros às custas da riqueza socialmente produzida, que foi aprofundada e escancarada após o golpe civil-parlamentar e midiático. Ressalta-se que à defesa pela educação totalmente pública, laica e de qualidade, pressupõe organização política da classe trabalhadora para o enfrentamento na cena política brasileira.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação. Neoliberalismo.

Higher Education in the Market's Sights: Notes on the New (Old) Challenges of Brazilian Public Education

Abstract

This article aims to problematize the context of Brazilian higher education policy under the aegis of neoliberal intensification, whose repercussions, through austerity measures and attacks on universities, are evident in the current scenario. This is a bibliographic and documentary study, based on theoretical works on the topic, linked to financing expressions through secondary revenue in the Higher Education budget between 2016 and 2022, on the SIGA Brasil Platform. It can be inferred that the State is operating a process of dilapidation of public higher education, given the feasible underfunding that conjectures daily challenges at Brazilian universities. In contrast, private higher education institutions have exponentially increased their profits to the detriment of socially produced wealth, a situation that was deepened and exposed after the civil-parliamentary and media coup. It is important to emphasize that the defense of a fully public, secular and quality education presupposes the political organization of the working class to confront this issue in the Brazilian political scenario.

Keywords: Higher Education. Education. Neoliberalism.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: camilasrochha@gmail.com

No cenário do capitalismo contemporâneo, caracterizado pela predominância da financeirização, o projeto neoliberal avalizado pelo Estado intensifica o avanço destrutivo que subjaz os direitos e as políticas sociais para atender a lógica lucrativa que opera o modus operandi dessa sociabilidade. Nessa relação, a educação enquanto direito social, assim como os demais direitos outrora conquistados, dos quais existem as particularidades intrínsecas e inerentes, sofrem um continuum processo de reificação e transformação em mercadoria que, como tal, torna-se passível de ser vendida e comprada como outra qualquer.

A lógica neoliberal ascende como estratégia para recuperar a lucratividade do capital, no contexto pós-crise dos anos 1970, sendo referendada por intelectuais e espalhada aos países, sobretudo de capitalismo dependente, para seguir um pacote para ajustamentos. No Brasil, o neoliberalismo adentra ao Brasil tendo como ponto de partida a década de 1990, quando foram implementadas as primeiras medidas de austeridade, de corte de gastos sociais, das contrarreformas do Estado (BEHRING, 2003), que atingiu significativamente as políticas sociais recém estruturadas pós-redemocratização.

Nesse sentido, entende-se que não é recente o processo em que a educação tem sido objeto de disputa e forma de adequação à lógica de mercado, seja pelas orientações internacionais que influenciaram sobremaneira o sistema de ensino, seja pela retração do Estado com a implementação de contrarreformas, atrelado a diminuição gradual do orçamento para educação que precariza as instituições públicas, em detrimento dos incentivos às instituições privadas de ensino. Observa-se, em contrário, um cenário de acirramento e ataque à política educacional brasileira nos últimos anos, sob os quais nos deteremos na análise aqui proposta.

Este artigo objetiva problematizar sobre o contexto da política de educação superior no Brasil, a partir do pressuposto que segue em curso um acirramento neoliberal na cena pública brasileira, que tem como marcador

histórico-temporal o contexto pós-golpe de 2016, no qual verifica-se a intensificação de medidas austeras, da dilapidação das políticas sociais e dos ataques às universidades. O estudo de orientação teórico-metodológica à luz do materialismo histórico-dialético, tem como percurso metodológico a pesquisa de caráter bibliográfico e documental com base em produções teóricas sobre a temática da educação, consubstanciado pela coleta de dados secundários do orçamento da Educação Superior, no período de 2016 a 2022, dispostos na plataforma SIGA Brasil, numa tentativa de aproximar-se da realidade objetiva de cortes e contingenciamentos que estão postos no cotidiano das universidades.

À guisa da exposição, o artigo está organizado em três partes, sendo a introdução sua primeira seção, além desta, têm-se uma seção para discussão sobre o contexto da crise do capital e as repercussões na educação, que se subdivide no item que aponta as continuidades dos desmontes no Ensino Superior brasileiro após as mudanças políticas ocorridas em 2016. Ao final, na última seção, são delineadas algumas considerações finais sobre o que fora discutido anteriormente, com o fito de concluir, todavia sem esgotar as análises, mas, reafirmando a necessidade de superar a lógica privatizante a que a educação superior está submetida.

1. Capitalismo em crise, neoliberalismo e as repercussões na Educação Superior

Para compreender o contexto em que se situa o processo de mercantilização da educação no Brasil, particularizando o Ensino Superior, é preciso apreender as determinações estruturais históricas, sociais, político-econômicas que estão imbricadas na constituição e operacionalização das políticas sociais. Dito isto, é salutar considerar que a educação pública brasileira de viés democrático e de acesso universal – conforme preconizam os dispositivos jurídicos-legais – tem perdido espaço diante de um sistema que metamorfoseia a vida em mercadoria. Esse processo, portanto, precisa ser

entendido de forma ampliada, à medida que no cerne de uma crise do capital, vivenciada no contexto contemporâneo, o direito à educação tem se tornado ferramenta de acumulação capitalista.

Cabe situar que a crise em questão, segundo Mészáros (2002), é destrutiva e estrutural, se difere das crises cíclicas já vivenciadas em momentos anteriores, pois é marcada por um *continuum* depressivo, dessa forma é uma crise que tem um alcance global. E que, embora globalmente atinja todos os países, têm rebatimentos díspares a depender da relação de subordinação e dependência com o mercado mundial, portanto, cada país tem repercussões distintas desta crise.

A característica estrutural da crise atual que tem se apresentado globalmente logo após os “anos dourados” do capitalismo, em meados dos anos 1970, quando houve uma mudança estrutural nos processos de valorização do capital, com acentuadas quedas das taxas de lucro, por meio da qual requereu-se pensar uma rota alternativa que protegesse o capital. Não é demais reiterar que as crises são inerentes ao capitalismo e, são ainda, funcionais ao sistema, como assinalam Netto e Braz (2007), pois a história remonta que é em meio as grandes depressões que as estratégias mais destrutivas à classe trabalhadora são implementadas em nome da manutenção do *status quo*.

O neoliberalismo foi a estratégia incorporada como receita pós-crise nos últimos anos, sendo capitaneada por economistas e intelectuais, que referendaram e orientaram um pacote de “ajustamento” a ser seguidas pelos países, tendo como principais difusores dessa lógica os organismos internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

A ideia é a instauração de uma lógica que conseguisse manter a acumulação de capital, sendo imprescindível o elo com as mudanças no mundo do trabalho para alterar a dinâmica das bases produtivas. Ressalta-se que essas transformações requisitaram uma força de trabalho adequada aos moldes da acumulação flexível (HARVEY, 1992). Nesse sentido, a educação e as instituições de ensino tiveram um papel importante para formação de um

perfil profissional exigido para esse mercado de trabalho, no intuito de moldar no âmbito da educação formativa e na construção ideológica de valores e ideais em sintonia com o modelo de (re)produção vigente.

Diante disso, observa-se a ênfase de instituições internacionais em adensar essa lógica a partir de documentos orientadores aos países, sobretudo considerados “em desenvolvimento”, como o papel desempenhado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Exemplo disso é a construção do Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, conhecido como Relatório Delors, que teve difusão em âmbito global, sobretudo no que concerne à direção do sistema educacional brasileiro.

O Relatório explicita um projeto de sociedade da UNESCO “desenvolvimento econômico, intelectual, social, engendrado numa desejada harmonia entre os sujeitos, os grupos sociais, os interesses coletivos e privados” (BORGES, 2016, p.10), tal projeto de sociedade tem afinidade com os interesses capitalista para manter o *modus operandi*.

É nessa perspectiva que, em concordância com Brettas (2020, p.22), entende-se que o neoliberalismo ultrapassa a ideia de simples receituário, haja vista ser “parte de um projeto de dominação de classe que está assentado em um conjunto de alterações que atravessam a reestruturação produtiva, mudanças na organização do trabalho, do consumo, reconfiguração do Estado e financeirização”. Nesse sentido, para além de uma estratégia meramente econômica, o neoliberalismo também tem funcionado como instrumento ideológico de dominação que invade todas as instâncias da vida social.

No Brasil, a adesão ao projeto neoliberal da burguesia data os anos 1990, sob a gestão de Itamar Franco (PMDB), a partir da implementação do Plano Real, sendo continuada com seu sucessor, ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sobretudo após acordo firmado com o FMI em 1999, cujo compromisso do Estado brasileiro era com a estabilidade econômica pela via da formação de superávits primários que garantissem o pagamento dos juros e encargos da dívida pública (SALVADOR, 2010). Nesse

período, também deu-se início ao conjunto de privatizações de empresas estatais e um processo de “reformas” que implicou no retrocesso das conquistas civilizatórias pós-constituinte.

A Contrarreforma do Estado brasileiro (BEHRING, 2003), que teve como expressão importante o Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDRE) do Ministro Bresser Pereira, influenciado pela lógica gerencialista das instituições privadas, implicou em mudanças no funcionamento das atividades do estado, como a saúde e a educação. Nesse entendimento, a contrarreforma permitiu a possibilidade da gestão por prestadores de serviços mediante a gerência dos “serviços não exclusivos” do Estado, como aponta Chauí (2003). Isso trouxe implicações à educação a partir de dois pontos: o primeiro, no momento em que a educação deixa de ser reconhecida como um direito e passa a ser um serviço; e o segundo, à medida que deixa de ser um serviço público, podendo dessa forma ser privatizado (CHAUÍ, 2003). Somado à contrarreforma do Estado brasileiro, a redução de investimento na política de educação, sobretudo no Ensino Superior, contribuiu para dar vazão à privatização do campo educacional.

Nessa lógica, a educação superior, assim como a saúde e a previdência, passam a ser vistas como mercadorias a serem adquiridas no mercado. Inerente a este processo de mercantilização das políticas sociais, desenvolve-se o processo de desqualificação dos serviços públicos com demandas e necessidades sociais. As classes de maior poder aquisitivo, variadas em campos diversos, dependendo de suas exigências e do seu poder de adquiri-las. Trata-se, aí, da lógica custo/benefício do gerencialismo reducionista, apregoada, no neoliberalismo, como liberdade de escolha dos indivíduos (CASTRO, 2010, p.199).

Diante disso, identifica-se dois movimentos dialéticos que devem ser entendidos em relação: a ausência de prioridade dos governos no investimento na educação pública brasileira (parco financiamento), mediante o contexto de austeridade fiscal como ordem máxima da política macroeconômica e, contraditoriamente, os incentivos e políticas que possibilitam a prestação de serviços, inclusive com as parcerias público-privadas.

Brettas (2020) chama atenção que o setor privado na educação precede o neoliberalismo, considerando o período ditatorial em que as instituições privadas estavam em maior número que as instituições públicas. Mas, enfatiza que houve um crescimento dessas instituições em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que permitiu a atuação de instituições privadas com fins lucrativos. Ainda nos anos 1990, a autora chama atenção para Lei de nº 9870/1999, “que permitiu a abertura de capital e operação na bolsa de valores de empresas do setor da educação superior”, isso possibilitou o incremento de instituições privadas de ensino superior no Brasil, que passou de 1004, em 2000, para 2100, em 2010, chegando a 2152 em 2017 (BRETTAS, 2020, p. 258).

Como pode se perceber, as instituições privadas de ensino insuflaram nos últimos anos e passaram a ter um lugar importante na cena econômica brasileira, sendo beneficiadas com a lógica austera de retração do Estado nos governos que sucederam a adoção do neoliberalismo. Embora existam avanços à classe trabalhadora que passou a ocupar os espaços antes impensáveis, como os bancos das universidades públicas, é preciso ressaltar que o capital privado da educação ganhou espaço também nos governos do campo progressista, como o Partido dos Trabalhadores (PT), tanto com na gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/ 2007-2010) quanto com Dilma Rousseff (2011-2016).

A contradição dos governos petistas reside quando é possível identificar expressivas mudanças na educação brasileira, que proporcionaram o acesso da população com expansão de vagas nas universidades, com o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a implementação da Lei de Cotas (Nº 12.711/2012), que avançou no acesso da população negra ao Ensino Superior, assim como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por objetivo a concessão de bolsas para fins de permanência dos/as alunos/as da rede de ensino em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Em contrapartida, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) permitiram a matrícula de estudantes nas faculdades/universidades privadas, mediante a concessão de bolsas financiadas pelo fundo público via isenções fiscais às instituições concedentes. De um lado, o resultado do programa contribuiu fortemente com o endividamento da classe trabalhadora, do outro, permitiu com que um montante de recursos públicos fossem canalizados aos volumosos lucros do setor privado da educação e, por conseguinte, a partir das fusões, concentração e centralização de capital, foram formados os grandes conglomerados da educação (BRETTAS, 2019).

O REUNI, ao expandir as IES públicas sem contrapartida suficiente para estruturar uma sólida política de assistência estudantil, deu sustentação a uma política de transferência de renda focalizada nos mais pobres e insuficiente para responder à mudança no perfil de estudantes. A educação, assim como outras políticas, passou a ser uma conquista atingida muitas vezes por meio da chamada “cidadania bancária”, que tem no crédito popular um mecanismo para “integrar” os usuários dos diversos programas sociais do governo (BRETTAS, 2019, p.17).

O levantamento realizado por Silva e Soares (2019, p.14) a partir dos dados do Banco Central do Brasil identificou um crescimento de 200% de recursos do fundo de financiamento estudantil, montante que foi acumulado pelas instituições privadas de R\$ 61,75 bilhões de reais dos cofres públicos, entre os anos de 2010 e 2016. Os autores ainda acrescentam que até o ano de 2014 as empresas educacionais eram as mais atrativas na bolsa de valores (BM & FBovespa). Como se percebe, nos governos mais à esquerda, mesmo que a população tenha vivenciado avanços e alcançado espaços outrora impensáveis, como a possibilidade de acesso à Educação Superior, ainda aquém da ampliação democrática almejada pelos que defendem a educação pública 100% pública e uma universalidade, de fato para todos/as; na política de conciliação de classes, o empresariado educacional foi demasiadamente beneficiado, ganhou espaço na cena política atual e ampliou suas riquezas com a fusão de capitais, isso às custas dos recursos do fundo público.

Dito isso, no cenário brasileiro vem evidenciando uma tendência de aprofundamento do projeto neoliberal e privatista da educação, com o ataque ao pensamento crítico, comprometimento à autonomia das universidades e sucessivos ataques (contingenciamentos e cortes) ao orçamento da educação, sendo esses importantes retrocessos às parcas conquistas alcançadas nos últimos anos. A ascensão da direita à presidência da república com o golpe na jovem democracia brasileira vai escancarar a lógica mercantil que circunda a política de educação.

1.1 O ataque às Universidades Públicas: os desafios pós golpe-2016

Os tensionamentos políticos e econômicos no segundo governo da presidente Dilma Rousseff delinearam um processo de impeachment que capitula na história brasileira uma ruptura democrática que se estrutura com os atributos de golpe, ainda que sob outras vestes, o “golpe de novo tipo” como afirma Demier (2017), em essência congrega aspectos políticos, midiáticos, jurídicos e também parlamentar. A presidenta eleita democraticamente foi retirada da chefia do poder executivo e, em seu lugar, o vice-presidente Michel Temer (PMDB) (2016-2018), alinhado aos interesses da burguesia brasileira, implementou uma agenda neoliberal contundente nos seus três anos de gestão. Tal agenda incluía contrarreformas e mudanças nas políticas sociais e, sobretudo, a intensificação de uma política fiscal de “ajustamento”.

Em dezembro de 2016, entra em cena a Emenda Constitucional Nº 95, conhecida pelos críticos inicialmente como “Pec da Morte” ou, após tornar lei, a chamada “emenda do teto de gastos”. A Emenda altera o regime fiscal por vinte longos anos com o objetivo de limitar os gastos primários, embora tal prerrogativa não estabelecesse estanque ao pagamento da dívida pública. Em contrário, a limitação aos gastos sociais contribui para que a produção de superávits sejam a prioridade tendo intrínseca relação com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública, que tem conduzido caminhos de desfinanciamento gradual nas políticas sociais. Nesse sentido, não é

demais considerar que os mínimos direitos da classe trabalhadora foram colocados em um balcão de negócios, cuja barganha tendencia ao favorecimento do rentismo e do capital financeiro.

Na Educação Superior, as instituições públicas foram impactadas com o arrocho no orçamento, uma vez que implicou na dificuldade em manter as universidades funcionando plenamente. Anterior a proposta da Emenda 95/2016, Lima (2019) aponta que o documento “Uma ponte para o Futuro” em 2015, organizado pela organização Ulisses Guimarães já sinalizava as intenções em “enxugar” os gastos estatais para o enfrentamento da crise, a medida que uma das propostas era o fim das obrigações constitucionais. Sob a velha justificativa que o Estado gasta demais, no documento estavam evidentes as pautas do governo de Michel Temer: 1) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; 2) as desvinculações das receitas da União, especialmente dos gastos com saúde e educação públicas; 3) contrarreforma da Previdência Social (LIMA, 2019, p.23-24).

Essas foram, de fato, as pautas que tiveram prioridade no governo Temer, quando adensaram as propostas no documento agora intitulado “Travessia social - uma ponte para o futuro”. No tocante ao orçamento, além da Emenda nº95 do teto de gastos, houve um aumento do percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU), de 20% para 30%, dos recursos de contribuições sociais que poderiam ser canalizadas e realocados para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública. Já concernente à educação superior, sob o (des)governo do PMDBista, foi aprovada uma medida provisória que modificou as regras do financiamento estudantil, o chamado “novo Fies”, em 2017, que aquece o mercado, beneficia os bancos privados e corrobora com a lógica da educação como produto e, portanto, passível da compra e venda a depender do poder aquisitivo.

[o Novo Fies] dividiu o programa em modalidades, extinguindo o período de carências e obrigando os estudantes a começarem a pagar imediatamente o financiamento logo após a conclusão do curso, bem como abriu a possibilidade para financiamento pelos bancos privados, garantindo, ao capital, a ampliação de uma lucrativa movimentação no promissor mercado educacional (LIMA, 2019, p.27).

Na contramão das lutas populares que reivindicam a educação pública, gratuita e laica de qualidade – da organização e resistência do movimento estudantil e de professores e profissionais da educação – a direção econômica e política no pós-golpe direcionou um aprofundamento da mercantilização e privatização da educação, que não surgiu em 2016, como já fora tratado na seção anterior. Todavia, o desfazimento com a educação pública ganha contornos incisivos que foram continuados pelo sucessor Jair Bolsonaro (PL).

Nessa esteira, o presidente de extrema direita chega ao poder em 2019, com a narrativa de ser um político “antissistema”, Bolsonaro teve forte apoio da população, assim como da burguesia nacional, haja vista ser a figura capaz de dar seguimento ao projeto de “reformas” necessárias. Com um discurso antidemocrático, reacionário, negacionista e anticiência, inclusive no período da maior crise sanitária do século XXI, a gestão bolsonarista foi marcada por ataques ao pensamento crítico, principalmente às universidades públicas, o espaço da pluralidade e da ciência vociferado como espaço de “balbúrdia”. Esse discurso ganha coro entre os apoiadores e forma no plano de governo, quando educar sem doutrinar faz parte de uma das linhas de ação do seu planejamento para educação.

Além das declarações caluniosas sobre as universidades e a disseminação de Fake News, no seu plano de governo é evidente o seu desprezo à educação crítica e formação de uma população pensante, como denota o estudo documental de Lima (2019). No conteúdo do plano de governo a lógica é alterar os conteúdos e os métodos e focar em disciplinas como

matemática e ciências, “para tal, defende mudar a gestão escolar, modernizar o conteúdo das disciplinas e “expurgar a ideologia de Paulo Freire” (Partido Social Liberal, 2018, p. 46) das escolas e universidades” (LIMA, 2019, p.30).

É nesse ínterim que em 2020 é lançado o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores, o “Future-se”, que adentrou as discussões sobre a privatização da educação superior. Embebido pelo discurso ideológico do empreendedorismo, o Programa abre precedentes para participação do capital privado no comando das universidades, sendo possível a gestão universitária por meio de instituições públicas de direito privado, como é o caso das Organizações Sociais. Segundo Brettas,

Um de seus principais objetivos é estimular a transformação das IES públicas em universidades inovadoras e empreendedoras, consolidando a lógica capitalista no conjunto de atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico.[...] Mas o Future-se vai além. Propõe enterrar as possibilidades de exercício da autonomia universitária ao ampliar significativamente a escala de participação de recursos privados no financiamento da produção e socialização de conhecimento com a criação do Fundo de investimento do conhecimento – constituído a partir de ativos financeiros – e a transferência de patrimônio público para fundos de investimento imobiliário (BRETTAS, 2019, p.16).

Diante do exposto, denota-se que a privatização das universidades é uma das prioridades na agenda dos governos que sucederam o golpe, em que a universidade tem sido paulatinamente destruída, precarizada e desvalorizada, como se expressam os documentos aqui brevemente apresentados. Nesse cenário, o fundo público que deve ser utilizado para objetivar os direitos da população a partir de investimentos nas políticas sociais, tem sido canalizado para outras “obrigações” com a dívida. Destarte, a fim de apreender expressões desse arrocho nos cofres públicos, foi realizada uma coleta no sítio eletrônico do Senado Federal, o SIGA Brasil, plataforma que dispõe dados do orçamento federal. A coleta foi realizada tomando como base os anos de 2016 a 2022, tendo como pressuposto o acirramento neoliberal pós-golpe e implementação da Emenda do teto de gastos, que demarcou os governos de Temer e Bolsonaro. Nesse sentido, a tabela abaixo corresponde a alguns resultados encontrados no orçamento da Educação Superior.

Tabela 1: Orçamento da Educação Superior entre os anos de 2016 e 2022

Ano	Despesa Empenhada	Despesa Paga
2016	R\$ 49.042.329.977	R\$ 44.228.136.547
2017	R\$ 48.218.743.520	R\$ 44.324.882.619
2018	R\$ 48.000.167.237	R\$ 41.356.725.436
2019	R\$ 47.514.187.704	R\$ 40.872.913.966
2020	R\$ 44.388.139.497	R\$ 37.937.096.855
2021	R\$ 40.237.839.606	R\$ 34.684.320.812
2022	R\$ 39.193.290.836	R\$ 33.468.589.472

Fonte: SIGA Brasil. Valores deflacionados com base no IPCA 09/2024. Elaboração própria.

As cifras correspondentes aos anos investigados quantificam os cortes orçamentários que estão em curso na política de Educação Superior, como se percebe o orçamento das universidades públicas federais vem sendo subtraído ano a ano. Chama-se atenção, a princípio, que todas as despesas pagas são inferiores às despesas outrora empenhadas, mas, é indiscutível que as universidades têm perdido orçamento desde 2016, ao sair da casa dos R\$ 44 bilhões de reais para R\$ 33 bilhões de reais, em 2022.

Outro ponto importante que pode ser destacado, ao analisar os dados em questão, é que a partir de 2019 as perdas foram mais incisivas, em aproximadamente R\$ 3 bilhões ao ano. Ressalta-se que em 2019, na gestão bolsonarista as universidades foram duramente atacadas do ponto de vista ideológico, como já mencionado. Contudo, para além das bravatas, isso se materializa na ausência de prioridade de investimento nas instituições de Ensino Superior.

Cabe considerar que, principalmente nos anos de 2020 e 2021 as universidades precisaram alterar a dinâmica do ensino, em virtude da pandemia da covid-19, que requereu medidas sanitárias de isolamento para conter a transmissão. A alternativa às universidades foi a implementação do ensino remoto emergencial que, para adequar-se a esse período em questão, caberia o maior investimento no setor educacional, sobretudo nos programas

de assistência estudantil, visto que os/as estudantes em situação de vulnerabilidade (e suas famílias) foram atingidos com a crise sanitária. Esse cenário não é o que se observa no tocante ao orçamento, pois não há manutenção dos recursos para educação, mas, sim, uma drástica redução.

A redução, os cortes, o desfinanciamento tornam-se impeditivos para que novos campis sejam construídos, para aquisição, compra e manutenção de equipamentos, livros, materiais de ensino, para investir na melhoria da estrutura, na contratação de profissionais, docentes, técnicos, para ampliar e pluralizar a universidade como ela deve ser. Nessa direção, em consonância com Chauí,

Se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade pública depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fundo público ou a riqueza pública e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade (CHAUÍ, 2003, p.11-12)

Muitos são os problemas que assolam as universidades públicas do Brasil, que não serão sanados apenas com um robusto financiamento, contudo a recomposição desse orçamento é necessária e urgente.

No tempo presente, ainda que sejam aligeiradas e incipientes análises sobre o atual contexto do governo Lula (2023-2026), é imprescindível considerar que o retorno do petista reacendeu a esperança da classe trabalhadora para o retorno da política pública como foram em seus governos pregressos, para restaurar os direitos que foram tolhidos pós-golpe e emenda de 2016. Todavia, este governo de frente ampla não rompeu com as amarras do projeto neoliberal, pois, embora tenha extinguido a EC 95, implementou o Arcabouço Fiscal que, sob outras regras, continua com a ênfase na contenção

das despesas sociais e ataca “a promessa social desenvolvimentista da Constituição Federal de 1988 e do programa do partido dos trabalhadores” (BASTOS; DECCACHE; ALVES JR, 2023, p.27).

Do ponto de vista do orçamento da educação superior, na plataforma SIGA Brasil, o primeiro ano de governo aumentou em aproximadamente R\$2 bilhões as despesas pagas, quando comparado ao ano de 2022. Em 2024, observou-se uma redução importante no orçamento das universidades, com pouco mais de R\$28 bilhões de reais. Ressalta-se que nesse ano, as universidades em todo o país enfrentaram os desmontes da educação com movimentos de paralisação e greve de servidores, técnicos e docentes para reivindicar melhores condições salariais e de trabalho e denunciar o sucateamento das instituições.

Ainda que tenha sido importante essa guinada “à esquerda” no poder executivo para recompor as perdas com o cenário antidemocrático e anticiência que fez parte da última gestão presidencial, torna-se fundamental o olhar atento, minucioso e crítico sobre essa nova gestão de frente ampla, para entender se haverá retorno das conquistas que foram perdidas ou manutenção da hegemonia que tem definido os caminhos e descaminhos da educação pública brasileira.

Considerações Finais

Sob o prisma da crise estrutural do capital, no contexto de capitalismo dependente, as disputas no âmbito da educação têm assumido um lugar importante no cenário político brasileiro. Não é de hoje que a educação tem sido mira do mercado, mas, neste tempo presente as disputas assumem novos contornos e nuances.

Infere-se que os valores neoliberais estão imbricados ideologicamente nas gestões que definem os rumos do Brasil, independente de orientação política e partidária, o que conforma a intervenção do Estado mais ou menos alinhada às investidas do capital. A acentuação do projeto neoliberal da burguesia tem sido duramente vivenciada desde o golpe civil-parlamentar e

midiático de 2016, ao passo que foram referendadas contrarreformas no sistema de ensino e medidas de austeridade fiscal robustas. Esse cenário vem contribuindo para o processo de dilapidação do orçamento da educação pública brasileira, mas, sobretudo do Ensino Superior.

Isso pode ser evidenciado em observância aos programas e projetos que foram implementados ao longo dos anos, somada a expressiva degradação na destinação orçamentária, que ilustra o contexto no qual o compromisso do Estado não é com a educação pública, laica, gratuita e de qualidade, mas, com capital financeiro, já que os serviços da dívida pública levam uma fatia considerável do fundo público.

Nessa direção, educação privada tem aumentado exponencialmente seus lucros, formado grandes conglomerados educacionais, a partir da concentração e centralização de capital, que ganha destaque na bolsa de valores – condições essas que tem o aval estatal e o recurso dos cofres públicos, ou melhor, da riqueza socialmente produzida por uma classe.

Nos anos de 2016 a 2022 percebe-se que, para além dos interesses escusos com o capital financeiro, opera-se um processo de dilapidação do Ensino Superior público, haja vista o desfinanciamento factível que conjectura desafios cotidianos nas universidades. As mudanças no cenário político podem ensejar o resgate ao passado de direitos, ainda que sob a lógica conciliatória deste governo de frente ampla. Todavia, o cenário é historicamente de disputas e, para tanto, é necessário e urgente a organização política da comunidade educacional e de todos/as que defendem uma educação, de fato, emancipatória. Assim, não se deve perder de vista o “esperançar”, como convoca Paulo Freire.

* **Camila da Silva Rocha** é Assistente Social (UFRN). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) da UFRN. Bolsista da Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Contato: camilasroccha@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3574632039326953>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8781-753X>

Artigo recebido em: 13/06/2024
Aprovado em: 01/10/2025

Como citar este texto: ROCHA, Camila da Silva. O Ensino Superior na Mira do Mercado: notas sobre os novos (velhos) desafios da educação pública brasileira. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 11, nº 02, e1129396, 2025.

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; DECCACHE, David; ALVES JR, Antônio José. **O novo regime fiscal restringirá a retomada do desenvolvimento em 2024?** Nota 22 do CECON. Instituto de Economia da Unicamp, 2024.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRETTAS, Tatiana. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 3, p. 7-18, 2019.
- BORGES, Felipe Augusto Fernandes. Educação do indivíduo para o século XXI: O relatório Delors como representação da perspectiva da UNESCO. **Revista Labor**, v. 1, n. 16, p. 12–30, 2017.
- CASTRO, Alba Tereza B de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Org). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, 2003.
- DEMIER, F. **Depois do golpe:** a dialética da democracia blindada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUARTE, Janaína; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior: O futuro da universidade pública em xeque. **Revista Argumentum**, n.14, p. 7–25, 2022.
- HARVEY, David. **A condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LIMA, Katia. Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital. **Revista Universidade e Sociedade**. Ano XXIX - Edição Especial América Latina, Andes, Brasília, 2019.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo, Cortez: 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social e Sociedade**, v. 104, n. 0, p. 605-631, 2010.
- SILVA, Maíra Teixeira; SOARES, Felipe Furini. Educação na Bolsa de Valores: o FIES e o ensino superior privado. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 9, n. 1, 2019.